

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E OITO.

Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e oito, pelas nove horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, sob a presidência de José Manuel Lopes de Almeida, Presidente da Assembleia, secretariada por João Fernando Barbosa Dias e Manuel da Silva Moreira, respectivamente primeiro e segundo Secretários da Assembleia e pelo funcionário da Câmara Municipal Fernando João Marante Cardoso.

ORDEM DE TRABALHOS:

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 21.12.2007;

2. PARA CONHECIMENTO. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2008, DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO SOUSA;

3. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2. VARIANTE À EN 222, ENTRE PONTE DO ARDA E A EM 504. DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL;

3. DESAFECTAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO. PERMUTA DE TERRENO PARA O CAMINHO PÚBLICO NO LUGAR DA MÓ-REAL;

4. O ENDIVIDAMENTO INSUSTENTÁVEL DA CÂMARA MUNICIPAL E O ORÇAMENTO PARA 2008;

5. A POLÉMICA DOS “SALÁRIOS CHORUDOS” E

EVENTUAL PRÁTICA DE NEPOTISMO PSD NA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA A CÂMARA MUNICIPAL DESDE 1998;

6. A SENTENÇA DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO SOBRE AS FALTAS INJUSTIFICADAS (CONCERTADAS) DE TODOS OS ELEITOS PELO PSD NA AM E AS DECLARAÇÕES LEVIANAS, ANTIDEMOCRÁTICAS E INSULTUOSAS DO PRESIDENTE DA MESA DA AM;

7. PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Presentes os membros: Alfredo Trindade Rocha; Abel Duarte Barbosa; Antero Gaspar de Paiva Vieira; António da Costa e Cunha; António da Silva Pinto; António Gouveia Coelho; António Luís da Silva Rodrigues; António Santos Rodrigues; Arlindo Manuel da Silva Alves; Carlos Alberto Carmo Teixeira; Cristiano da Silva Ferreira; Henrique Martins Alves; João Pedro Nogueira Costa Campos; João Vitorino Martins de Almeida Moreira; Joaquim da Silva; José António Costa Moreira Rocha; José António da Silva Rocha; José Mendes Vieira Pinto; José Moreira de Araújo; José Vieira Gonçalves; Júlio Alves; Luís Filipe Cardoso Valente; Manuel Duarte Mendes; Manuel Emílio Santos; Rui António Monteiro Gomes Paiva; Sérgio Fernando Pinto Ribeiro Gouveia; Victor Cândido Rodrigues;

Presenças da Câmara Municipal: Presidente da Câmara, Paulo Teixeira; Vereadores: Rui César Castro; Manuel Moreira; Lino Pereira e Gonçalo Rocha.

Presentes os seguintes requerimentos dos membros: - Antenor Moreira Tavares no qual solicita a suspensão do seu mandato, por motivo de doença, pelo período de sessenta dias.

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida substituição. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto João Vitorino Martins de Almeida Moreira;

- Daniel António Correia Mendes da Rocha no qual solicita a suspensão do seu mandato, por motivos profissionais, pelo período de trinta dias. E o requerimento do cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista do P.S.D., Helena Maria Moreira Soares no

qual também solicita, por motivos profissionais, a suspensão do seu mandato pelo período de 30 dias.

_____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar as referidas suspensões e justificar a falta do cidadão supra mencionado ao acto de substituição do respectivo membro. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Joaquim Silva;

_____ - Maria de Lurdes de Bessa Sousa no qual solicita a suspensão do seu mandato, por motivos profissionais, pelo período de cinco dias.

_____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida substituição. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Cristiano da Silva Ferreira;

_____ - Fernando de Paiva Vieira no qual solicita a suspensão do seu mandato, por motivos profissionais, pelo período de cinco dias.

_____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida substituição. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Arlindo Manuel da Silva Alves;

_____ - Alfredo José Fernandes Gonçalves no qual solicita a suspensão do seu mandato, por motivos profissionais, pelo período de cinco dias.

_____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida substituição. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto António da Silva Pinto;

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 21.12.2007.

_____ Presente a acta da sessão ordinária de 21.12.2007, de que foi previamente distribuído exemplar a todos os membros da Assembleia Municipal.

_____ O membro Gouveia Coelho face à existência da gravação solicitou que a acta fosse alterada porque não espelha tudo o que se passou, tem falta de objectividade e rigor em relação às palavras e expressões do Presidente da Assembleia ao caso "... politicamente é um

Porco ...”. Deveria também constar que o membro G. Coelho reportou ao plenário uma posição do Grupo do P.S. e que foi exigido ao Presidente da AM que retirasse as ofensas, e não apenas a palavra “porco” e pedisse desculpas.

O Presidente da Assembleia salientou que não interferiu na feitura da acta, é de opinião que está de acordo com a gravação, expressa no geral, o que se passou e mantém o que disse na referida sessão. Acrescentou que foi fornecida cópia da gravação conforme pedido pelo Partido Socialista e que se não concordam podem apresentar uma proposta de alteração, para análise.

A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com dezanove votos a favor, um voto contra do membro Gouveia Coelho e sete abstenções aprovar a respectiva acta.

2. PARA CONHECIMENTO. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2008, DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO SOUSA.

Presente as Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano de 2008, da Associação de Municípios do Vale do Sousa, de que foi previamente distribuído exemplar a todos os membros. A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

3. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.

Usaram da palavra por ordem de inscrição na mesa, os membros: Cristiano Ferreira referiu que o executivo municipal na última reunião da Assembleia de Freguesia de Pedorido disse que a iluminação entre Germunde e Pedorido iria ser colocada nos próximos 15 dias e já passaram cerca de 2 meses, questionando para quando a sua efectivação.

Vieira Pinto fez a leitura do seguinte documento: - “*A minha intervenção prende-se com o seguinte: Apesar de tanto mal-dizer, de nos tentarem calar com perdas de mandato, afinal não lhes foi dado razão, assim vão ter que me ouvir realçar dinâmica do investimento municipal evidenciada em diversos níveis, merece atenção o empenhamento municipal, na perspectiva de concretizar um melhor nível de vida para a população local. Apesar do concelho estar a*

avançar com obras de grande envergadura, desde as novas acessibilidades, a EM 504 entre o Pejão e a Ponte do Arda, ao abastecimento de água a partir do sistema da empresa "Águas Douro e Paiva", a abertura do concurso para uma Piscina Coberta para servir esta zona sul do concelho, e a construção em curso da biblioteca municipal também está actuar noutras áreas. O turismo é outra das grandes apostas para dinamizar e projectar o concelho, daí a importância do Douro e do turismo fluvial. No segundo semestre deste ano como sabem abre ao público um novo projecto hoteleiro na Quinta das Fontainhas, junto ao Douro. É o maior investimento de sempre na área do turismo realizado em Castelo de Paiva, mais de 15 milhões de euros. Por outro lado, o concelho de Castelo de Paiva, contrariamente aquilo a que alguns felizmente poucos, andam para aí a dizer, oferece hoje à nossa população e particularmente à nossa juventude um conjunto de infra-estruturas dignas de registo. Hoje o concelho dispõe de sete pavilhões cobertos distribuídos de norte ao sul do concelho. Hoje dispõe também de duas piscinas, sendo que uma é coberta e tem uma taxa de ocupação muito elevada. Hoje temos um auditório municipal e está aberto concurso para que as associações possam participar também na sua gestão. Castelo de Paiva foi pioneiro na Internet nas Escolas, depois da Câmara Municipal ceder em 1998 a uma Associação de Jovens uma Escola, que tinha sido encerrada por falta de alunos, e aí com o apoio do IPJ essa associação colocou Internet de apoio aos jovens. Nós temos outros espaços municipais como por exemplo o que ainda na semana passada, a Câmara Municipal, protocolou com a APPACDM de Castelo de Paiva para o apoio a jovens portadores de deficiência. A Comissão Municipal de Protecção de Menores é outro exemplo de funcionamento em rede e que muito tem feito pelos jovens aí abrangidos e pertencentes ao nosso concelho. A CM numa parceria com as IPSS do concelho fornece mais de 900 refeições nos estabelecimentos de ensino ao nível do pré-escolar e 1º ciclo. As parcerias e o trabalho conjunto com os 2 Agrupamentos de Escolas existentes no concelho são motivo de orgulho e satisfação. Foi com o Executivo Municipal do PSD que se atribui pela primeira vez 15 Bolsas de Estudo a alunos que frequentem o ensino superior com aproveitamento. Foi sob proposta do Executivo Municipal que um jovem

casal cuja soma das idades não ultrapasse os 55 anos, tem uma redução próxima dos 90% na licença para construção de casa própria. Numa parceria com o FCP vamos ter o 1º Campus de Férias Basquetebol em Castelo de Paiva, numa acção que envolve também o agrupamento vertical de Escolas de Castelo de Paiva. Outra área que apaixona a juventude, e não só, é o Rafting, e aqui o Município está a organizar parcerias que se traduzem em mais um apoio à nossa juventude. São centenas e centenas de jovens que anualmente estão envolvidos neste desporto de aventura. Uma larga percentagem dos orçamentos das diversas Associações juvenis do concelho depende do subsídio anual atribuído pela Câmara Municipal. Concluo a minha intervenção saudando a Câmara Municipal, por ter celebrado a semana passada um Protocolo com a Movijovem para que os nossos jovens possam possuir o Cartão Jovem. Trata-se de uma iniciativa nacional e de âmbito europeu, que existe desde 1986 e que dá vantagens em várias áreas, do dia-a-dia. Podem ter descontos, reduções, isenções ou serviços exclusivos, prestados por empresas privadas ou públicas, autarquias, associações, entre outros. Para finalizar faço o seguinte pedido ao Executivo Municipal: conseguir num futuro próximo construir em Castelo de Paiva uma Pousada de Juventude".

_____ José António Rocha apresentou o seu protesto pela forma artesanal que têm para fazerem as suas intervenções. Questionou o executivo de quais foram as razões de Ricardo Jorge ter abandonado as suas funções de Vereador a tempo inteiro e entregue os pelouros, porque ouviu comentários que foi por questões de honra, dignidade e de ter sido desautorizado. Referiu-se à questão que levantou na última sessão da AM sobre os quadros interactivos de que pelo menos dois estavam parados desde Outubro e que a resposta do Presidente da CM foi muito pronta mas não corresponde à verdade. Lamentou a sua forma de estar, esclarecendo e rectificando que as lâmpadas têm um determinado número de horas de duração e que foi colocada no dia 13 de Fevereiro, parecendo-lhe que não foi pela C.M. conforme referido na última AM.

_____ José António Silva referiu que o assunto que traz deverá ser

colocado na agenda política do Concelho, porque muitas das vezes, na AM, se perde demasiado tempo com questões menores, de detalhe, e não com os verdadeiros temas que têm sido deixado ao abandono como por exemplo o tema prioritário, a questão da inclusão social e os dados da pobreza. Salientando que os últimos dados apontam que Portugal se encontra com níveis muito elevados de pobreza entre as crianças, com probabilidades de se manter em termos de posição duradoura. Verificam-se desigualdades imensas na distribuição de rendimentos no País, assistindo-se às taxas mais elevadas da União Europeia entre elas a questão das desigualdades, a pobreza infantil e a pobreza dos idosos. Destacou que esses dados mereciam da parte do Governo uma acção integrada e se apostasse em redes sociais de inclusão, contrariando a insensibilidade protagonizada pelos governantes que já é criticada por militantes do PS que vão dizendo “não pode sacrificar a sua perspectiva própria a uma visão tecnocrática alheia aos seus valores”. Disse que é caricato verificar nas Grandes Opções do Plano para 2005-2009 o Programa do Governo referia claramente que uma das apostas era reforçar a coesão reduzindo a pobreza e criando igualdades de oportunidades, mas essas medidas têm sido poucas, avulsas e insuficientes. As informações são que as famílias estão asfixiadas tanto nas zonas urbanas como nas zonas rurais e Castelo de Paiva também tem estes problemas, com famílias desestruturadas, problemas económicos e desemprego de longa duração. Convidou o Grupo Político do PS a comentar a posição e gestão do Governo nestas matérias.

____ Gouveia Coelho relativamente às duas intervenções anteriores, dos membros do Grupo Municipal do PSD, referiu que está perfeitamente disponível para debater assuntos que interessem à política Nacional, mas em primeiro lugar à política local e se quiserem agendar o tema da pobreza não foge ao debate, sublinhando que o que o faz estar aqui são as questões do Município. Seguidamente em nome do Grupo Municipal dos eleitos pelo PS leu o documento seguinte: - “*Comportamento Vergonhoso de Lopes de Almeida e do PSD. Na sessão anterior desta AM, o Sr. Presidente da Mesa, Dr. Lopes de Almeida, em claro abuso do dever de independência que o cargo lhe exigia, sem*

abandonar a Mesa, julgou-se inscrito para intervir e interveio, no fim do ponto da ordem de trabalhos antes da Ordem do Dia, fazendo uma declaração dirigida contra os eleitos pelo PS e, em tom ameaçador e ofensivo, dirigindo-se expressamente ao Sr. Vereador e Presidente da Comissão Política do PS, Dr. Gonçalo Rocha, proferiu expressões injuriosas e de todo inaceitáveis num normal e educado relacionamento político, chamando-lhe "porco", com clara intenção de o injuriar e de ofender a sua honra, bem sabendo que cometia um ilícito criminal, como confessou pela imediata referência ao Tribunal. A gravidade da ofensa é redobrada pelo facto de ter sido cometida em plena sessão pública da Assembleia Municipal, com público e comunicação social presentes, pelo próprio Presidente da Mesa e contra um Vereador que se encontrava ali no pleno exercício das suas funções, já que, conforme a Lei e o Regimento, os Vereadores devem estar presentes nas sessões da Assembleia Municipal. Tratou-se dum comportamento indigno, vergonhoso e repudiável, por parte do Presidente da Mesa, com claro e irreparável prejuízo para o prestígio do cargo e da própria Assembleia. Uma vez que o ofendido era simultaneamente o Presidente da Comissão Política Concelhia do PS, a ofensa atingiu também necessariamente todos os eleitos pelo PS, que não podiam de modo nenhum ficar indiferentes quer à gravidade da ofensa nunca vista, quer à recusa prepotente e ilegal de dar a palavra ao ofendido que de imediato a solicitou para defesa da sua honra. Face a tamanho atropelo à boa educação e a normas legais e princípios democráticos e perante o burburinho e confusão gerados, o Grupo Municipal dos eleitos pelo PS solicitou a interrupção dos trabalhos. Após breve reflexão, serena e cordatamente exigiu ao Presidente da Mesa que retirasse as ofensas e pedisse desculpas, como condição prévia do pedido que seria feito de seguida, que obviamente passaria por dar a palavra ao ofendido. O Sr. Presidente da Mesa, não mostrando qualquer arrependimento, recusou expressamente o pedido de desculpas, dizendo que retirava tão só a expressão "porco" e que mantinha os restantes qualificativos ou expressões depreciativos, que repetiu, sendo certo que não se coibiu de proferir novamente a palavra "porco" por mais quatro ou cinco vezes só para

dizer que a retirava, mas sem diminuir em nada a ofensa feita e sem se desculpar. Bem pelo contrário! Face à recusa de pedir desculpas e de reconhecer a gravidade das ofensas, os eleitos pelo PS entenderam que não estavam reunidas minimamente as condições de tranquilidade, serenidade e respeito mútuo para se continuar com normalidade os trabalhos da sessão, declarando, por isso, a sua impossibilidade de continuarem presentes e responsabilizando a Mesa pelo sucedido, garantindo que compareceriam logo que fosse agendada sessão da Assembleia que reunisse condições democráticas e normais de funcionamento. Foi a única atitude responsável e digna que restou ao Grupo Municipal dos eleitos pelo PS, pois, além do mais, quem não se sente não é filho de boa gente e, pela nossa parte, queremos continuar a agir e a ser tratados como filhos de boa gente. É estranho que, face a tal impossibilidade de continuação dos trabalhos por parte dos eleitos pelo PS, a bancada do PSD e a sua Mesa da Assembleia tenham prosseguido os trabalhos, como se nada tivesse sucedido, realizando tão só um curto intervalo para constituir o quórum de funcionamento que, no momento, não existia na sala. Apesar dos assuntos agendados serem de extrema importância e gravidade para o Município, atreveram-se a aprová-los apressadamente, sem contraditório, sem discussão, com atitude submissa e obviamente por unanimidade, num simulacro de democracia, de que se deveriam envergonhar. Sucedeu até que, além duma votação em que não havia quórum na sala, submeteram-se ao ridículo de substituir no meio da sessão um dos membros presentes que teria de se ausentar, pelo seu substituto! Como se não bastasse, a desvergonha estendeu-se a declarações e comunicado para a comunicação social a apregoar a unanimidade verificada nas importantes deliberações, falseando a verdade ao omitirem que se tratou tão só de combinações e conluio entre a mesma família PSD, após criarem condições de impedimento de participação de todos os elementos da oposição. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Raiva comportou-se como mais um útil PSD, tornando-se cúmplice dos referidos comportamentos antidemocráticos. O que se passou constitui um exemplo paradigmático da situação caótica gerada pela maioria PSD e do descrédito que esta maioria lançou

sobre os órgãos autárquicos do Município, sinal de que a sua gestão bateu no fundo e os seus responsáveis perderam toda a vergonha. Os Paivenses têm que manifestar a sua indignação e exigir a mudança!"

Presidente da Assembleia sentiu-se visado e pediu licença para falar do seu lugar porque considera uma questão pessoal. Rebateu o que foi referido a seu respeito reafirmando que o que disse está em acta e mantém rigorosamente tudo com excepção da palavra "porco" que achou excessiva. Chamou à atenção que o Vereador do PS não pode andar sistematicamente a usar a sua família como arma de arremesso político e que na falta de argumentos políticos é isso que fazem falando por tudo e por nada nos seus filhos. Que os socialistas não podem dizer tudo que lhes apetece e ficar sempre tudo bem, pois quando Lopes de Almeida abre a boca consideram asneira, insultuoso, antidemocrático, leviano e ditador. Lembrou ao PS que não mencionou os pressupostos da origem deste assunto que foi num Jantar de Natal dos socialistas em que a sua família foi usada politicamente e que, na intervenção anterior, a sua omissão foi deliberada, não foi séria. Pensava que iam pedir desculpa pelo facto de um Vereador do PS exaltar-se e ter exagerado trazer o nome do seu filho a um jantar e à praça pública, mas nada de isso aconteceu, e utilizou a citação proferida por Gouveia Coelho "quem não se sente não é filho de boa gente" para manifestar o seu desagrado pelas palavras pouco dignas que foram ditas. Sublinhou que nunca utilizou como arma de arremesso político as famílias ou os negócios de alguém. Citou as palavras de um membro do P.S. Jorge Coelho que disse "quem dá no PS leva", e utilizou-as para referir "quem dá" a Lopes de Almeida "leva". Sugeriu a quem tem aspirações políticas e quer um dia governar Castelo de Paiva que não pode andar a utilizar a família dos adversários na política porque um dia terá o reverso da medalha; opinando que não necessita de dar avisos porque eles têm um profissional da política no seu Grupo Municipal. Considerou a saída do PS da sessão da AM uma arma política utilizada para causar impacto, que comprehende, aceita e respeita, mas terão falta injustificada. A sessão continuou ordeiramente, contrariando o que foi dito e nada foi votado apressadamente, apenas tendo demorado menos tempo porque faltava o PS que normalmente usa da palavra. Fortaleceu

as palavras do Prof. José António mencionando que no País, como também no Concelho, existem problemas de extrema gravidade e que ainda hoje de manhã ouviu notícias, na imprensa nacional, que o pão vai aumentar 20 cêntimos, acrescentando que vai haver muita gente, no País, que vai deixar de comer pão, o que já acontece muito. Concorda que há muitos militantes socialistas que já andam de candeias às avessas com o Governo e que a miséria actualmente está em todo lado.

_____ Gouveia Coelho concorda e subscreve que as intervenções políticas devem distinguir-se das questões pessoais e familiares e o documento que leu, repetiu, foi em nome da bancada e não concorda com as palavras do Presidente da AM quando diz que não é sério não ter referido o antecedente Jantar de Natal. Citou quanto a isso, que o que ouviu, o que leu e o que lhe disseram não lhe dão razão, nem há o mínimo reparo quanto ao caso Jantar de Natal, que consta da agenda de trabalhos e será uma questão a debater mais à frente e se ficar convencido que tenha havido algum excesso censurável ou incorrecção por parte do membro da sua bancada, demarcar-se-á dela. _____

_____ Presidente da Assembleia disse que não queria prolongar mais o assunto e acrescentou que tem a gravação, do que a Rádio transmitiu, sobre o Jantar de Natal e para que não haja esquecimento vai oferecer-lhe uma cópia. _____

_____ Antero Gaspar pede desculpa por ter chegado atrasado, não lhe sendo possível estar presente no ponto de discussão e votação da acta da sessão de 21.12.2007. Foi referido pelo Presidente da AM, assim como pelo Vereador Gonçalo Rocha de que íam avançar com queixa para o Tribunal, sobre o lamentável incidente na referida sessão, tendo por base a objectividade e o conteúdo de todas as declarações proferidas e para que o Tribunal possa conhecer tudo em absoluto, entrega o seguinte texto: “*PROPOSTA. Propõe-se a alteração da acta da sessão ordinária da AM, realizada em 21/12/2007, nos seguintes termos: “O Presidente da Assembleia Dr. Lopes de Almeida: “Só queria aqui fazer um reparo e guardei-o para o fim e será uma coisa muito simples. Estão todos muito ofendidos e terão razão ou não, depende agora de cada um e de terem defendido a sua honra. – Eu ouvi a gravação do jantar de Natal do Partido Socialista e mais uma vez, mais uma vez,*

lamentavelmente, a minha família foi arma de arremesso político e com grande salva de palmas, que ouviu na intervenção na rádio. As questões pessoais normalmente vão para Tribunal, é raro, e até agora só tenho um caso que pus em Tribunal, e vai ser julgado dia onze, e não falo nele. Este vai ser o segundo caso. E como aqui ouço falar tanto na defesa da honra, em defesa da honra, eu ouvi, mais uma vez, já não é a primeira vez, já é a terceira ou a quarta vez, que ouvi falar na minha família que é utilizada como arma de arremesso político por um Senhor do Partido Socialista que é Vereador e que não qualifico politicamente porque é muito baixo e até lhe digo mais, politicamente é um porco, politicamente, e pode, e pode levar-me para Tribunal, se quiser. Politicamente, as expressões que utiliza é de uma baixeza que não há qualificação. Já não é a primeira vez que utiliza a minha família politicamente e eu não sei como é que isso se vai resolver, ...ou de uma maneira ou de outra. Porque isto, se a política em Castelo de Paiva vai assim, vai acabar muito mal. Eu ouvi, tenho uma gravação da rádio, eu ouvi e ouvi bater palmas. Espero que essa atitude mude, mas questões pessoais são dirimidas em Tribunal.

O Vereador Dr. Gonçalo Rocha pediu a palavra: “- Sr. Presidente”

O Presidente da Assembleia Dr. Lopes de Almeida: “Não lhe dou a palavra”

O Vereador Dr. Gonçalo Rocha: “...fui visado e obviamente tenho que me pronunciar sobre isto”

O Presidente da Assembleia Dr. Lopes de Almeida: “Não lhe dou a palavra”

O Vereador Dr. Gonçalo Rocha: “Eu julgo que tenho...”

O Presidente da Assembleia Dr. Lopes de Almeida: “Não tem”

O Presidente da Assembleia Dr. Lopes de Almeida: “Quando fui à Sessão da Câmara, não me deixou falar, aqui não fala”

O Vereador Dr. Gonçalo Rocha: “Tenho.”

O Presidente da Assembleia Dr. Lopes de Almeida: Não tem não lhe dou a palavra, desculpe”

O Vereador Dr. Gonçalo Rocha: “...”

O Presidente da Assembleia Dr. Lopes de Almeida: “Não fala na Assembleia Municipal, não fala, não utiliza a palavra, vá para ali se

quierer, utiliza-a como Vereador, não fala”

O Membro Dr. Antero Gaspar: "Eu peço cinco minutos de intervalo"

O Vereador Dr. Gonçalo Rocha: "Sou humilde mas não sou humilhado"

O Presidente da Assembleia Dr. Lopes de Almeida: Não se trata de humilde ou de humilhado, o senhor utilizou a minha família como arma de arremesso político, politicamente o senhor agiu muito mal.

Às 10h30 regressaram à sala os membros do Partido Socialista.

O Presidente da Assembleia Dr. Lopes de Almeida: "Fazia o favor"

O Membro Dr. Gouveia Coelho: "Bom, isto efectivamente atingiu um nível pouco, pouco elevado, para ser simpático, e Senhor Presidente da Mesa, nós entendemos que foram excessivas e intoleráveis as suas palavras em relação a um Vereador e nós, nós repudiando-as, o estilo, porque são realmente ofensivas, queríamos pedir-lhe, estamos na quadra de Natal, queríamos pedir, é um pedido que é também uma exigência, que fossem pedidas desculpas ao senhor Vereador e fossem retiradas as palavras que foram proferidas em relação a ele, que são realmente ofensivas, e também nos ofende a todos nós. E Fazer simultaneamente um apelo para que nos comportemos com dignidade de membros de uma Assembleia e de representantes daqueles que nos elegeram. Eu queria que...portanto, antes de mais, porque depois queria fazer um outro pedido, que o Senhor Presidente pedisse desculpa, inequivocamente, e retirasse as palavras proferidas para depois eu terminar a minha intervenção.

O Presidente da Assembleia Dr. Lopes de Almeida: "ouvi muito atentamente aquilo que vocês disseram e retiro o "porco", retiro o "porco" mas fica o "indecenso", fica o "politicamente inqualificável". Retiro o "porco", fui excessivo não devia ter dito, mas disse que era politicamente, politicamente, não disse pessoalmente. Politicamente. (...) considero que é excessivo, retiro o "porco". Fica o "indecenso o "inqualificável", aquilo que tudo mais quiser. Eu não peço desculpa. Essa expressão, retiro o "porco". Mais, eu pensava era que vinha aqui dizer que o Senhor Vereador ou o Senhor Presidente da Comissão Política vinha aqui pedir desculpa por aquilo que disse no discurso, eu ainda aceitava e retiraria aquilo que disse. Aceitava,

porque você veja... Vocês ouviram, tão bem, como eu a minha família sistematicamente é arma de arremesso político para algumas pessoas neste Concelho, sistematicamente. Eu nunca utilizei a sua família, pá. Recuso-me a isso, não utilizo. As questões pessoais, familiares não são chamadas para a política. Por muito tentador que seja. Não devem ser. No discurso de Natal, eu ouvi atentamente e tenho a gravação feita: a minha família é arma de arremesso político, inequivocamente, claramente. Eu pensava que você vinha aqui dizer que senhor presidente da Comissão Política, que o senhor vereador pedia desculpa ao Senhor Presidente da Assembleia por aquilo que disse. Exagerou, mas não, Senhor veio aqui dizer que eu deveria pedir desculpa. Eu só concordo, que foi exagerado ter utilizado a palavra "porco". Retiro a palavra "porco". Tudo o resto fica. Não peço desculpa porque não tenho de pedir, porque vou com isto para Tribunal, porque me sinto ofendido. A minha família não pode ser usada como arma de arremesso político. Factos pessoais não poder ser utilizados. Se não este concelho é um fim de mundo. Você imagine para onde vai este concelho, se a moda pega. E eu recuso-me a isso. Tá perceber?

Não peço desculpa, retiro a palavra "porco", foi exagerado, mas não peço desculpa."

O Membro Dr. Gouveia Coelho: "Bom, nós, lamentamos o incidente por não estamos a discutir o que tenha sido discutido em Jantares, pessoalmente não fui a nenhum, o que estava em causa era o que se passou nesta Assembleia, e uma vez que não pede desculpa e a gravidade foi tal e o nível ou a falta dele que se verificou aqui e de que a mesa é responsável nesta Assembleia só lhes resta um acto de dignidade, que é abandonar a Assembleia de forma definitiva a partir de hoje, e quando a Mesa quiser uma Assembleia e ser capaz de a gerir de forma respeitosa e digna aqui, nós aqui estaremos."

Não é para alterar a respectiva acta, ...;"

Presidente da Assembleia esclareceu que a acta está aprovada e que se houver processos em Tribunal este costuma pedir a gravação da sessão, estando tudo salvaguardado. A Mesa como sempre não interfere no pedido do Tribunal é o Gabinete Jurídico que pede ao Fernando Marante os elementos todos e o próprio Gabinete é que envia tudo.

Elucidou que o Presidente da Mesa não interfere rigorosamente em nada e que essa questão está sempre salvaguardada e que a acta espelha o essencial do que se passou, referindo ao membro Antero Gaspar que não precisa de levantar esses problemas.

Antero Gaspar mencionou que os membros da Assembleia devem ser esclarecidos por não estar presente o Dr. Ricardo Jorge e questionou o Presidente da Câmara quais foram as razões objectivas de ele se ter demitido de Vereador em regime de permanência da CM, porque ele citou que foi desautorizado por várias vezes, referindo também valores intrínsecos, de ele próprio, em termos de honestidade, seriedade e de ética política que o obrigaram a demitir-se do cargo. Que com este abandono da CM num conflito aberto com o seu Presidente tiram ilações que já sabiam desde o início do mandato aquando da indigitação do 3.º lugar da lista, Dr. Rui César para Vice-presidente. Fazendo o enquadramento do conflito que existe no Executivo Municipal, a ingovernabilidade já era uma realidade perante outros factos de vários níveis, e quando falam nas questões de processos judiciais, caso dos terrenos da feira, na falta de serenidade e de condições para gerir a CM é compreensível com tais conflitos. Confrontou o Presidente do Executivo com o que ele defendeu em absoluto da imprescindibilidade de três Vereadores a tempo inteiro, para além dele próprio; sendo estes quatro verdadeiros profissionais da política a auferir rendimentos directos do Município. Questionou como será possível agora governar com apenas dois vereadores a tempo inteiro e o Presidente da CM, acrescentado que ele poderá dizer que não fazia falta, então há uma incoerência brutal, não fazendo falta, o PS tinha razão. Mas se o Presidente disser que vão fazer um esforço suplementar ele e os dois vereadores, vai dar razão ao PS que não era necessário mais um vereador a tempo inteiro. Reforçou que esta ingovernabilidade já existia e a situação crítica em termos económicos, financeiros e sociais é gravíssima, e com este conflito interno entre os próprios que dirigem o Concelho e que são maioria, agravam ainda mais a situação.

Presidente da Assembleia esclareceu que na sua vida política e até hoje só pôs três processos em Tribunal, um contra Antero Gaspar e que chegaram a acordo e foi arquivado. Os outros dois contra José

António Rocha, um está a decorrer e no outro pediu desculpa, que foram aceites, e o processo foi arquivado. Disse que foi Antero Gaspar, quando era Presidente da CM, que inaugurou a época dos Tribunais porque em Castelo de Paiva tudo que mexesse contra si era processo em Tribunal. Mencionou que não gosta de processos em Tribunal e que as questões políticas devem dirimir-se politicamente. Relativamente à questão da sessão de 21.12.2007, não há, da sua parte, nem vai apresentar queixa nenhuma em Tribunal, já o disse na Rádio.

Antero Gaspar exprimiu que quem exerce cargos públicos tem efectivamente uma dupla responsabilidade e está exposto perante uma responsabilidade maior do que em funções privadas e que nessa exposição tem que ter garantias e não pode ser posta em causa a sua honra, dignidade, consideração como ser humano e cidadão, pelo exercício desses cargos. Nesse âmbito os Tribunais são o garante dessas funções que nunca vai ressarcir essas afrontas, essas acusações muitas vezes falsas e indevidas. Com isto não está a defender-se a si próprio, ou ao Presidente da AM ou da CM, nem qualquer Vereador, mas que deve haver um plano diferente, neste caso o plano judicial para defesa da honra, dignidade e consideração. Foi nesse intuito que avançou com processos, assim como o Dr. Lopes de Almeida concerteza também o fez nos processos que avançou. Todos os seus tiveram sucesso do ponto de vista da interpretação de que tinha razões para apresentar queixas, vincando ainda que não se pode, pelo facto de exercer cargos públicos criar um ambiente de conflito permanente muitas vezes sem qualquer justificação e se avance com queixas sobre os elementos da oposição, sem razão, não dando depois lugar por parte do Tribunal ou do Ministério Público, à pronuncia e posterior julgamento.

Presidente da Junta Freguesia de S. Martinho de Sardoura referiu que o caminho das Curtinhas está intransitável e questionou se já há luz verde sobre a candidatura apresentada. Que a Pré-primária de Vinha D'Além funciona, e já se arrasta há muitos anos, no salão da sede da Junta de Freguesia, dificultando a própria Assembleia de Freguesia de reunir, solicitou a urgente construção de um edifício para a Pré-primária. Alertou que no caminho da Cruz da Agra, em Carvalhoso passa uma conduta de água, de cerca de 300 metros, que está rebentada

constantemente por causa da passagem de camiões, que deveria ser substituída de imediato e para remediar a situação, até à reparação, pedia a colocação de sinalização de trânsito proibido a veículos pesados. Apresentou o seguinte voto de pesar: - *“O Grupo do PSD na Assembleia Municipal apresenta um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José da Silva, mais conhecido pelo Sr. “Zeca da Ama”, residente no Vale da Rua, freguesia de Sobrado. Relembreamos que para além de militante activo do PSD foi Presidente da Junta de Sobrado no mandato entre 1982 e 1985 e, muito recentemente, teve um papel activo nas eleições Autárquicas de 2005 uma vez que foi o mandatário da Lista do PSD à Câmara Municipal encabeçada por Paulo Teixeira”.* _____

_____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o voto de pesar supra e comunicar à respectiva família. _____

_____ Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura dirige as suas primeiras palavras a alguns membros desta AM que se encontram cá há 10 anos, outros há 5 anos e outros há menos porque estranha nunca ter ouvido uma palavra de incentivo, de força, de coragem, de louvor ao Executivo Municipal. Esses estão sempre contra tudo, está tudo mal e tudo o que a CM faz é mal feito, aconselhando-os a terem mais serenidade, mais calma, mais prudência e um pouco de reflexão para se integrarem aquilo que realmente Castelo de Paiva precisa. Aconselhou esses membros, em vez de dizerem mal de tudo e de todos, a apresentarem ideias, projectos, acção e integração para o desenvolvimento do Concelho. Disse que está magoado com alguns membros que não tiveram uma palavra de incentivo de apoio tanto à Junta de Freguesia como à Câmara por aquilo que aconteceu na Zona de Lazer de S. Gens; deveriam ter-se juntado, mas não são capazes, a um grupo de pessoas amigas que no passado dia 16 tiveram a coragem de ir a S. Gens repor aquilo que foi vandalizado, e que essas pessoas são de admirar. Deixou uma palavra de coragem e de força ao Executivo, Presidente e Vereadores para terem paciência para aturarem tudo isso. Congratulou-se com as duas novas salas nas escolas de Sá e Pereire, sentindo-se orgulhoso pelas facilidades e outras condições de acompanhamento que veio dar às crianças de S. Maria de Sardoura. _____

_____ Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia deu

a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas: - disse que para quem esteve atento na Assembleia de Freguesia de Pedorido ouviu: - se nos próximos 15 dias recebesse uma carta da EDP que dissesse que já tinha o concurso em aberto para executar a obra, foi só adjudicada na semana passada, era preciso que a Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Pedorido fizesse o pedido à CERTIL para certificar o edifício em termos eléctricos, acrescentando que esta é a verdade dos factos.

Relativamente à saída do Dr. Ricardo Jorge de Vereador a tempo inteiro do Executivo Municipal e devido à falta de coordenação da Bancada do PS, vai dizer aquilo que a Rádio apurou em 28 segundos, e também em 28 segundos, que não concorda com os motivos apresentados mas tem de os aceitar porque é uma decisão pessoal e deseja-lhe as maiores felicidades na sua vida profissional e familiar. Mencionou que para ele o assunto está encerrado e tem tido o melhor relacionamento com o Dr. Ricardo Jorge.

Sobre as questões do membro José António Rocha não vai responder porque ele diz que estou sempre a mentir, não valendo a pena perder tempo.

Disse que na bancada do PS há uma pessoa profissional da política e para quem não souber basta consultar a comunicação social presente.

Quanto ao caminho das Curtinhas disse a exemplo daquilo que foi noutras concelhos, não havia verba disponível no Agris para que o mesmo fosse candidatado. O processo está pronto e anteontem esteve cá o Sr. Director Regional de Agricultura e estão a articular para ver se conseguem no âmbito do Quadro Comunitário anterior aprovar a candidatura. Já têm o terreno para a Pré-escola de Vinha D'Além, e o projecto já foi entregue na DREN, aguardando o parecer vinculativo se está ou não contemplado na Carta Educativa aprovada e homologada para Castelo de Paiva. Sobre a questão da conduta de água que rebenta é de opinião que a melhor solução é a colocação de imediato de sinalização de trânsito proibido a pesados.

Sauda a iniciativa dos populares de Santa Maria de Sardoura no que respeita à Zona de Lazer de S. Gens, também esteve lá a dar o seu

apoio. Conforme a referência do Presidente de Junta de Freguesia de St.^a Maria de Sardoura aos refeitórios feitos pela CM, citou outro que já está em funcionamento no Casal da Renda e espera em breve ter a possibilidade de ir visitar, já o tendo feito em obra, o refeitório da Escola de Serradelo, na Freguesia da Raiva, isto em prol das crianças do Concelho.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

Presente o ofício n.^º 1499, de 21 de Fevereiro de 2008, do Presidente da Câmara, contendo a informação da actividade da Câmara Municipal, bem como uma informação da situação financeira datada de 14 de Fevereiro de 2008, acompanhada da relação de dívidas a empreiteiros e fornecedores que é nessa data de oito milhões, duzentos e oitenta e oito mil, setecentos e noventa e três euros e quatro cêntimos e do Resumo Diário de Tesouraria, de 13/02/2008, com o total de disponibilidades cujo saldo totaliza o valor de setecentos e vinte mil oitenta e sete euros e oitenta e dois cêntimos, sendo estes documentos depois de apreciados arquivados na pasta anexa a esta acta.

2. VARIANTE À EN 222, ENTRE PONTE DO ARDA E A EM 504. DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL.

A Câmara Municipal nos termos da solicitação da Estradas de Portugal, S.A. e de acordo com a sua deliberação em reunião de 13 de Fevereiro de 2008, solicita à Assembleia Municipal que declare de interesse municipal os solos de áreas da Reserva Ecológica Nacional, para a realização da empreitada da Variante à EN 222, entre a Ponte do Arda e a EM 504, nomeadamente devido à ocupação de terrenos adjacentes à nova Variante para execução dos caminhos paralelos.

O Presidente da Câmara deu a explicação de que o assunto já foi debatido em anteriores sessões da AM e que é um conjunto de trabalhos suplementares que foram alvo de um concurso público, e adjudicado à empresa Monte Adriano.

O membro José António Rocha disse que não havia informação

suficiente para debater o assunto, questionando concretamente ao que se refere.

O Presidente da Câmara disse que é a construção de caminhos paralelos, no âmbito da empreitada da Variante à EN 222, e que a AM já se pronunciou anteriormente. Os Presidentes das Juntas das Freguesias de Sardoura, Raiva e Paraíso já fizeram, em AM, a elencagem de todos esses caminhos que foram cortados, incluindo a Rotunda da Estação, tendo havido uma deliberação que foi remetida à Estradas de Portugal com a indicação da necessidade de se proceder a esses trabalhos.

A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com vinte e nove votos a favor e uma abstenção, declarar de interesse municipal a pretensão supra.

3. DESAFECTAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO. PERMUTA DE TERRENO PARA O CAMINHO PÚBLICO NO LUGAR DA MÓ-REAL.

A Câmara Municipal de acordo com a sua deliberação em reunião de 25/07/2007, solicita à Assembleia Municipal a afectação ao domínio público de uma parcela de terreno, com a área de duzentos e sessenta e nove vírgula quarenta e seis metros quadrados, confrontado de norte com Carlos Alberto Rodrigues Vieira e outro, do sul e poente com Carlos Alberto Vieira Rodrigues e do nascente com a Estrada Nacional 224, a desanexar do prédio inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Real sob o artigo 1141, descrito na Conservatória do Registo Predial de Castelo de Paiva sob o n.º 1408/960902, e inscrito a seu favor pela inscrição G-três, à qual foi atribuído o valor de dois mil oitocentos e quarenta e oito euros e dezanove céntimos, destinada a caminho público.

O Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos necessários.

A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 4, da alínea b), do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, deliberou por unanimidade, autorizar a afectação ao domínio público a parcela de terreno supra referida.

Fez-se um intervalo pelas 11 horas reiniciando a sessão às 11,20 horas.

4. O ENDIVIDAMENTO INSUSTENTÁVEL DA CÂMARA MUNICIPAL E O ORÇAMENTO PARA 2008;

O membro Antero Gaspar referiu uma vez que não participaram no debate e votação, na última AM, pediu para ficar registada em acta a seguinte posição do Grupo Municipal do PS: - *"Empréstimo para Saneamento Financeiro do Município. Por razões de dignidade e defesa de valores que queremos continuar a praticar e defender, fomos forçados a abandonar a última sessão da AM, face ao comportamento insultuoso do Sr. Presidente da AM, Dr. Lopes de Almeida, para com o Sr. Vereador, Dr. Gonçalo Rocha. Assim, não nos foi possível participar no debate dos diversos assuntos previstos na agenda de trabalhos, dessa sessão da AM, de 21 de Dezembro de 2007. Continuar os trabalhos nessa reunião, depois do lamentável acontecimento, só pode significar uma atitude anti-democrática, com evidente desrespeito pelos paivenses que todos nós representamos. No entanto, mesmo depois da apreciação e votação do pedido de Empréstimo para Saneamento Financeiro do Município, pelos membros eleitos pelo PSD e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Raiva, não podemos deixar de dar a conhecer o que pensamos sobre um documento tão importante para Castelo de Paiva. É por isso, que agendamos este tema na ordem de trabalhos desta sessão de hoje. Não estando de acordo com a metodologia prevista no Estudo de Equilíbrio Financeiro do Município, pelas mesmas razões, não podemos ser favoráveis a esta proposta de empréstimo, a saber: O Relatório de Estudo do Equilíbrio Financeiro do Município, apesar de não apresentar os valores históricos dos últimos anos do Município para melhor caracterização e compreensão da evolução da situação financeira da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, evidencia, por si só, uma situação grave de ruptura financeira ou desequilíbrio financeiro estrutural do Município, fundado numa elevadíssima dívida de curto prazo que, em 31 de Dezembro de 2007, só aos fornecedores se estima em 10,996 milhões de euros. Esta grave situação deve-se à aprovação sucessiva de orçamentos cujas receitas ficaram muito aquém das previsões iniciais, agravando assim o "déficit" de ano para ano. Por outro lado, nunca houve qualquer controlo da despesa face à receita efectiva, permitindo-se a realização da despesa sem que*

estivessem assegurados os recursos financeiros respectivos. A Câmara Municipal, já há vários anos que está impedida de contrair novos empréstimos bancários pelo facto de ter ultrapassado o seu limite de endividamento. Face a esta impossibilidade, o Presidente da Câmara, em alternativa, tem recorrido sistematicamente ao endividamento junto de fornecedores e empreiteiros de obras. Os níveis de endividamento a fornecedores acumularam-se ao longo dos últimos anos, atingindo valores insustentáveis. A Câmara Municipal de Castelo de Paiva tem sido considerada das Câmaras Municipais mais endividadas do país e que mais tempo demora a pagar as facturas em dívida aos fornecedores. Uma grande parte do endividamento a fornecedores tem já vários anos. A Câmara Municipal já não é uma "pessoa de bem" como no passado. Os princípios de confiança e boa fé expectáveis no relacionamento com os outros têm estado em causa pela reiterada prática da chamada "política do calote". Se alguém quiser conhecer como se desgoverna um Município, de forma eficiente e persistentemente, só tem de ver o caso de Castelo de Paiva. As boas práticas da desgovernação e da irresponsabilidade financeira são aí bem evidentes. O Presidente da Câmara, Dr. Paulo Teixeira, excede-se em zelo e fulgor despesista. A verdade é que por maior que fossem as receitas não conseguiriam acompanhar a voracidade da despesa. Tem funcionários de apoio a mais, tem técnicos superiores a mais, enfim tem desperdícios a mais e irresponsabilidades a mais. Não sabe prever, não sabe programar, não sabe gerir. Esta gestão caótica e ruinosa do Município põe em causa o princípio da solidariedade inter-geracional, afectando o futuro das novas gerações com compromissos que não lhes deviam ser exigidos. Por isso, perante tanta incompetência, desleixo e irresponsabilidade, há que prevenir situações que possam vir a agravar mais a decadência financeira do Município. Não podemos estar de acordo com este "Relatório de Estudo do Equilíbrio Financeiro do Município" e respectivo empréstimo de € 7,5 milhões, pelas seguintes razões: 1 - Tendo sido tipificada uma situação de desequilíbrio estrutural, conforme prevê a alínea a) do n.º 3, do artigo 41.º da Lei das Finanças Locais, com um valor estimado do montante em excesso da dívida a Fornecedores para o equilíbrio financeiro de 2007 calculado em 5.820.256,00 € (133%) não é

compreensível ter-se apontado para uma solução de reequilíbrio financeiro que se enquade na modalidade de saneamento financeiro prevista no artigo 40.º da Lei das Finanças Locais. 2 - Constata-se que o desequilíbrio financeiro estrutural do Município já se verificava desde o ano de 2003, agravando-se o montante em excesso da dívida a Fornecedores para o equilíbrio financeiro de forma crescente até 2007. 3 - Os pressupostos falsos e as estimativas irrealistas apresentadas no Estudo, designadamente a alienação de imóveis no valor de 9,900 milhões de euros, não credibilizando as propostas avançadas. 4 - A discrepância injustificada entre o endividamento total a 31 de Dezembro de 2006 (€ 16.806.599,42), sem incluir a importância em dívida de € 814.691,92, relativa a indemnizações por expropriações, e o endividamento total estimado a 31 de Dezembro de 2007 (€14.584. 868,00). 5 - A falta de medidas estruturais de contenção de despesas de funcionamento a todos os níveis, quer de natureza política quer administrativa, para procurar gerir racionalmente os recursos humanos e materiais, evidencia a pretensão de um empréstimo de 7,500 milhões de euros para aliviar a situação financeira da Câmara face à conjuntura política do momento. Afigura-se-nos que a contratação do presente empréstimo viola as disposições legais previstas na Lei nº. 2/2007, pelo que pode constituir fundamento para a recusa de visto pelo Tribunal de Contas. A situação de ruptura financeira do Município deve ser enquadrada na solução legalmente prevista na alínea a) do nº. 3 do artigo 41.º da Lei das Finanças Locais. Os membros do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Castelo de Paiva".

De seguida apresentou o seguinte documento, referente às: - "Opções do Plano e Orçamento para 2008. Por razões de dignidade e defesa de valores que queremos continuar a praticar e defender, fomos forçados a abandonar a última sessão da AM, face ao comportamento insultuoso do Sr. Presidente da AM, Dr. Lopes de Almeida, para com o Sr. Vereador, Dr. Gonçalo Rocha. Assim, não nos foi possível participar no debate dos diversos assuntos previstos na agenda de trabalhos, dessa sessão da AM, de 21 de Dezembro de 2007. Continuar os trabalhos nessa reunião, depois do lamentável acontecimento, só pode significar uma Atitude antidemocrática, com evidente desrespeito pelos paivenses que

todos nós representamos. No entanto, mesmo depois da apreciação e votação das «Opções do Plano e Orçamento para 2008», pelos membros eleitos pelo PSD e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Raiva, não podemos deixar de dar a conhecer o que pensamos sobre um documento tão importante para Castelo de Paiva. É por isso, que agendamos este tema na ordem de trabalhos desta sessão de hoje. As «Opções do Plano e Orçamento para 2008» não nos merecem uma posição favorável, essencialmente pelas seguintes razões: - a proposta de Plano e Orçamento para 2008, repete, de forma quase decalcada, os planos e Orçamentos dos dois anos anteriores, que em nada contribuíram para ultrapassar a crítica situação social, económica e financeira do Município; - o irrealismo e a irresponsabilidade persistem nesta proposta de Plano e Orçamento para 2008, criando expectativas de receitas e de investimento que já se sabe que não se vão concretizar; - nem a situação grave de ruptura financeira do Município consegue impor um comportamento diferente que evite a realização da despesa sem que estejam assegurados os recursos financeiros respectivos; - o desfasamento evidente entre o "Relatório de Estudo do Equilíbrio Financeiro do Município" recentemente aprovado e a presente proposta de Plano e Orçamento para 2008, descredibiliza, já no primeiro ano, o eventual plano de reequilíbrio financeiro; - a irresponsabilidade financeira e a sistemática voracidade da despesa por parte do Presidente da Câmara, traduz-se na falta de medidas estruturais e coerentes de contenção de despesas de funcionamento a todos os níveis; - sem nada concretizar para a implementação das Zonas Industriais da Cruz da Carreira e de Carvalho Mau, continua-se a adiar o futuro, demonstrando não se estar preocupado com o flagelo do desemprego que afecta profundamente os paivenses; - com desperdícios a mais e irresponsabilidade a mais, o Presidente da Câmara persiste nesta gestão caótica e ruinosa do Município, afectando o futuro das novas gerações”

O membro Gouveia Coelho disse que estava de acordo com o que acima está referido e que os temas Plano e Orçamento e Endividamento do Município são uma questão séria, grave e muito difícil de resolver. Se o Professor José António persistir ou entender vir a agendar como assunto prioritário os méritos e deméritos do Governo da Nação mantém também

que o assunto “Endividamento” continua a ser muito prioritário e diz respeito ao Município, devendo ser mantido na Ordem de Trabalhos. Sobre a intervenção do Presidente de Junta de Stª. Maria de Sardoura disse que ouviram os seus conselhos mas entende que também os deverá tomar para si e para os seus, perguntando-lhe quantas vezes disseram bem deles, e quantas propostas que apresentaram foram aprovadas? Mencionando que na questões do endividamento e do Plano e Orçamento cá estarão para dar o seu contributo e encontrar uma solução para o Município. Questionou a Câmara, no caso do Tribunal de Contas recusar o “visto”, vetar o empréstimo, o que têm previsto? Terão de reunir de emergência? A CM já tem prevista ou estudada uma alternativa? Citou que desde o primeiro dia do presente mandato referiu o aumento do número de Vereadores a tempo inteiro, achando injustificado e completamente incompatível com a questão do endividamento e de ruptura financeira. Saúda neste aspecto, e pode ter sido por linhas tortas, a saída do Vereador. Comentou que fica pendente uma questão política porque o Vereador que saiu disse uma coisa e o Presidente da Câmara outra, pedindo esclarecimentos.

O Presidente da Câmara Municipal disse que nada tinha a dizer porque estes assuntos já foram tratados e explicados na anterior sessão da Assembleia Municipal.

5. A POLÉMICA DOS “SALÁRIOS CHORUDOS” E EVENTUAL PRÁTICA DE NEPOTISMO PSD NA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA A CÂMARA MUNICIPAL DESDE 1998;

O membro Gouveia Coelho fez o seguinte requerimento à Mesa:
- “*Ao abrigo do artigo 36.º, n.º 8 do Regimento que refere: «Os Vereadores, que devem assistir às sessões, também podem intervir, sem direito a voto, sempre que solicitados pela Mesa ou qualquer membro ou com a anuência do Presidente da CM». Portanto eu em nome da bancada do PS solicito que seja permitido aos Vereadores que queiram intervir sobre esta matéria, porquanto foi tema que foi à CM, foi tema de debate público e concretamente requeremos que seja dada a palavra, ao abrigo dessa norma do Regimento, ao Vereador Gonçalo Rocha para intervir sobre esta matéria, sem prejuízo dos outros Vereadores, obviamente isto é extensivo, gostávamos que*

esclarecessem que questões suscitaram aqui e qual a posição de cada um sobre esta matéria que foi objecto de polémica e de comentário.”

_____ O Vereador Gonçalo Rocha regista a permissão dada pelo Presidente da AM para poder falar e também regista a preocupação que houve em convidarem os funcionários da Autarquia a ouvirem a discussão sobre este tema. Aproveita para dizer à Assembleia Municipal e ao Presidente que quem despoletou esta questão, da política das admissões, e quis colocá-la nestes termos, que é nomear nomes e tratar as coisas de forma pessoal, foi o Presidente da Câmara.

_____ O Presidente da Assembleia chamou a atenção do Vereador que cada um é responsável pelas afirmações que faz.

_____ O Vereador Gonçalo Rocha continuou dizendo que o caso das admissões pela CM é uma questão eminentemente política, não é pessoal, e que enquanto oposição, e em democracia, têm o direito de reprovar ou aprovar os actos de gestão que são praticados pelo Executivo. Disse na CM, e por várias vezes, que não tem nada contra os funcionários, respeita o seu trabalho, e alguns dos que estão presentes são seus amigos. O que está em causa é o des controlo praticado com essas admissões de pessoal e que não é só ele que tem essa opinião, muita gente no Concelho também a tem, mas tem receio de a emitir ou pronunciar. Que ao emitir-la baseia-se em elementos que lhe foram facultados pela Câmara e pelo seu Presidente que traçam um quadro de deitar as mãos à cabeça, descrevendo o desgoverno que se passou durante estes 10 anos de mandato PSD e do Presidente CM. Realçou que esta autarquia tem pouquíssimos recursos, uma situação financeira extremamente difícil como é que justificam que tenha cerca de três dezenas de técnicos superiores. Questionou como se admitiram tantas pessoas se não têm trabalho adequado às suas formações. E que aquilo que fazem neste momento poderia ser pago pela metade do preço. Deu como exemplo a Câmara de Cinfães que tem pouco mais de uma dezena de quadros superiores e funciona normalmente. Referiu-se a números e aos milhões que poderiam poupar; opinou que daria para ter mais gente a trabalhar nas obras e satisfazer muitas pretensões dos Presidentes de Junta e de outras pequenas obras. Referiu que com o que transmitiu dá para perceber o des controlo de gastos nesta matéria, tendo a convicção

plena de que a razão lhe assiste e se querem levar este assunto para outras áreas ele não vai por aí, está perfeitamente à vontade e juntamente com a equipa que têm na CM e na AM, representando metade do Povo de Castelo de Paiva, não abdica daquilo que tem direito.

O membro Antero Gaspar cumprimentou os funcionários da CM que tiveram a curiosidade, se é que não foram empurrados, o que era lamentável, em estarem presentes na sessão onde vão falar naquilo que se diz nos cafés, pelos cantos e nos órgãos AM e CM de ordenados chorudos, elucidando que essa denominação não está bem e que nem é isso que está em causa. Referiu que a CM e em especial o seu Presidente é o grande responsável pelo que se está a passar e que pelo facto de estarem cá, para eles é uma satisfação, contrariamente àquilo que outros pensam que seria um constrangimento, ficando assim a saber quais os motivos porque há um debate político sobre esta matéria. Dizem-se muitas coisas e elas não são compreendidas porque alguém quer distorcer o objectivo do debate. Esclareceu que não é contra ninguém, mas é contra aqueles que tomaram decisões erradas no Concelho e que só falando no erro é que se podem encontrar soluções para essa decisão errada na estratégia do Município. Citou que o Vereador Gonçalo Rocha teve coragem de responder ao desafio do Presidente da Câmara permitindo o debate em Assembleia Municipal, órgão maioritário em termos de debate político e das questões essenciais do Município. Que não há dúvidas que as dificuldades existem em todas as áreas e que a admissão de pessoal é da maior importância. Essa política de recrutamento não pode pôr em causa a subsistência do Município, que não deverá existir só para ter despesas com salários dos seus trabalhadores, mas funcionar com objectivos, trabalhar com realizações e com concretizações que vão ao encontro das suas populações. Realçou que os técnicos superiores não têm responsabilidade alguma na sua admissão para o Quadro de Pessoal da Autarquia de pessoas tão qualificadas para as exigências do trabalho do dia a dia, onde, conforme referiu Gonçalo Rocha, executam tarefas que poderiam ser realizadas por assistentes administrativos com menos custos. Esses licenciados a exercer cargos que não estão de acordo com

as habilitações sentem-se desmotivados porque foram admitidos no pressuposto de realizar determinadas tarefas com outro tipo de competência. Nos últimos 6 a 7 anos o número de técnicos superiores quintuplicou devendo ser apurado se do ponto de vista político/estratégico a medida foi correcta e a Assembleia tem responsabilidades de fiscalização da actividade da gestão municipal devendo questionar a CM pelos erros que cometeu no âmbito da sua gestão. Caso não o fizessem não estariam ali a fazer nada. A questão é de natureza político/estratégica e se os autarcas fossem, neste caso o Presidente da CM e Vereadores que tomaram parte nestas decisões, dirigentes de instituições privadas ou empresas privadas seriam responsabilizados por gestão danosa. Mas estes acham que por serem autarcas podem gastar o que não têm, constituindo, em sua opinião, um gravíssimo estímulo à impunidade da vida colectiva. Dirigiu-se aos funcionários presentes dizendo que não tem nada de pessoal e em concreto contra nenhum, mas que a sua posição é contra esta política extremamente grave para o Município e que este está a ficar numa situação ingovernável.

O membro Gouveia Coelho cumprimentou os funcionários desejando-lhes boas vindas, e realçou surpresa à sua presença. Citou que está criado um precedente e espera que possam vir a outras Assembleias. Mencionou que eles são interessados na boa gestão e são as pessoas mais importantes do Município, que, independentemente de Partidos e Vereadores trabalhem para todos de modo igual e assim como para todos os paivenses e que sejam tratados com o mesmo carinho. Que quando era Presidente da AM, nas festas de Natal, reconhecia aos trabalhadores que o êxito e o in-êxito estava nas suas mãos e que o seu trabalho era demasiado importante. Referiu se alguém os mandou arregimentar para virem à sessão, dizendo que eles iam dizer mal deles, mentiu-lhes, pois não vão molestar ninguém, ou dizer mal de algum funcionário, a questão é política. Disse que queria ser amigo de todos, mas também tem de ser amigo dos paivenses, dos contribuintes e dos credores que reclamam que lhes paguem as dívidas pois a questão é a gestão dos recursos da CM. O problema não é terem muitos trabalhadores é deverem tanto dinheiro que têm que pagar, o resto é

mentira. Questionou se as admissões foram justificadas, parecendo-lhe que não foram todas, face às necessidades e aos recursos. Se os perfis do posto de trabalho, as habilitações e as competências profissionais foram bem programadas e adequadas. Têm dúvidas e gostavam de ser convencidos disso. Elencou o problema da adequação entre o posto de trabalho, tarefas a desempenhar, habilitações, nível remuneratório, etc., dando como exemplo que o porteiro até pode ser licenciado mas terá de receber o salário de porteiro, e se houver quadros com competências técnicas que estão a receber como quadro dessas competências e a executar funções administrativas de escriturário, está mal! Disse que ia doer mas tinha de perguntar se foram ou não admitidos só, ou praticamente só, trabalhadores e prestadores de serviços com laços familiares ou de amigismo ou outros laços a militantes do PSD. Acrescentou que é uma questão política, que não tem nada contra quem milite em partido e questionou se todos os paivenses candidatos a trabalhadores e prestadores de serviço foram tratados de modo igual e tiveram as mesmas oportunidades. O que se fala é que não. Citou que esta Câmara recorreu aos serviços de advogados, Dr. Artur Esteves que era membro da AM e avençado do Gabinete do Presidente da Câmara, e questionou se era correcto. Que honra lhe seja feita já foi embora. O Dr. Adão está aqui o ganha pão dele, houve uma altura em que tinha razão de queixa ganhava menos que os outros. Disse que o Dr. Ricardo Jorge foi avençado, depois Vereador, e questionou se recorreram a todos os advogados disponíveis e se foram tratados de modo igual, escolhidos os melhores e mais baratos. Mencionou que pelo facto de dizerem, na política, que entre os admitidos está o filho do Dr. Lopes de Almeida não vê problema nem ofensa nenhuma desde que desempenhe um bom papel, seja bom funcionário, obviamente que tem direito. Sobre a questão do “nepotismo” gostava de ver falar e demonstrar que as coisas foram todas feitas com objectividade, com correcção e todos tratados de modo igual.

O membro Cristiano Ferreira em nome do Grupo Municipal do PS apresentou a seguinte declaração política: - “*Os Membros do Partido Socialista nesta Assembleia, confrontados com os dados e a análise detalhada por parte do nosso Vereador Gonçalo Rocha, em sede*

de Reunião do Executivo Municipal, sobre a escandalosa política de admissões e gestão dos Quadros Superiores na Câmara Municipal, não poderiam ficar indiferentes a mais este exemplo flagrante da desastrosa e despesista gestão da maioria PSD e de Paulo Teixeira à frente da Câmara Municipal. O des controlo total nos gastos com o pessoal técnico e técnico superior chega a atingir patamares de falta de decência e vergonha inimagináveis para uma Câmara de reduzida dimensão, como é a nossa. Já para não falarmos dos contratos de avença que a Câmara tem. Efectivamente, a Câmara de Castelo de Paiva continua a fazer a diferença, mas pela negativa. Desde que, o Sr. Presidente entrou em funções, aumentou cinco vezes mais os Quadro Superiores na Câmara Municipal. Temos, hoje, quase três dezenas de Quadros Superiores, quando no início de 1998 tínhamos apenas cinco Técnicos Superiores e um Técnico. Olhando para as suas áreas de formação e as funções que desempenham, percebemos rapidamente que não existia, e não existe, na Câmara trabalho adequado para eles. Temos exemplos flagrantes em que se poderia ter um Administrativo ou um Fiel de Armazém a desempenhar determinadas funções e temos, em contrapartida, um Técnico Superior, aumentando assim, quase em dobro, as despesas da Autarquia. Comparativamente com Cinfães. Temos 28 Quadros Superiores, eles apenas 12. Convém lembrar que Cinfães tem praticamente o dobro da área e de Freguesias, mais 5 mil habitantes, e tem nível de saúde financeira na Câmara, de nos fazer "inveja". Que fique claro: nós não estamos contra os Funcionários desta "casa". Como alguns, com responsabilidades neste caso, já tentaram passar. Os Funcionários não têm culpa. Responsabilidade teve o Senhor Presidente da Câmara, que sem necessidade, os admitiu, "esbanjando", desta forma, recursos que poderiam ser utilizados noutras áreas e até em Pessoal para as obras. Poderíamos estar a falar numa poupança na ordem dos 2 milhões de euros por mandato, se tomássemos o exemplo da Câmara de Cinfães. É muito dinheiro. E coincidência ou não, alguns desses funcionários são conotados com o Partido que suporta esta maioria, o PSD, chegando mesmo a serem filhos de Autarcas e ex-Autarcas. Fica assim demonstrado e colocado "a nu"

talvez a razão da crispação e do silêncio de alguns responsáveis do PSD e do Sr. Presidente da Câmara neste assunto. O GM do PS Castelo de Paiva, 27 de Fevereiro de 2008.

_____ O membro José António Silva relativamente às declarações proferidas por Antero Gaspar e Gonçalo Rocha perguntava ao Presidente da AM quem é que definiu na Ordem de Trabalhos as expressões relativas ao “nepotismo e salários chorudos”.

_____ O Presidente da Assembleia esclareceu que o agendamento dos pontos sobre o “endividamento, a polémica dos salários chorudos e a sentença do Tribunal Administrativo” é uma proposta do Agrupamento Municipal do PS que pediu a sua inclusão nesta sessão.

_____ O membro José António Silva disse que no seu entendimento, e retirando Gouveia Coelho que falou claramente na situação, Gonçalo Rocha e Antero Gaspar, talvez por estarem presentes os funcionários, desviaram-se do assunto e em determinado momento já estavam a falar dos problemas da dívida e do endividamento. Incitou-os, por terem colocado a questão, e porque não devem andar a falar de conversas de café, a dizerem claramente que factos têm, e a serem rigorosos nas suas afirmações. Referiu que Antero Gaspar esquivou-se ao dizer que “não é de salários chorudos que estamos aqui a falar”. Exigiu certeza e verdade pois estão fartos de ouvir no Café afirmações de senso comum. Relativamente à questão dos Técnicos e à afirmação do Vereador Gonçalo Rocha que deu como exemplo Cinfães, no seu entender foi muito infeliz, porque esse Concelho apresenta índices de qualidade de vida muito abaixo dos de Castelo de Paiva. O Executivo presente com certeza que terá esses dados e podem verificar-los. Mencionou que Cinfães não tem Rede Social constituída, ou está só agora a constituir, talvez não tenha constituído a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Opinou que a CM, e muito bem, apostou em técnicos formados e habilitados que estão a trabalhar em áreas que são necessárias neste momento, e que há 10, ou 20 anos não era exigido. Destacando a necessidade da aposta no Turismo, na Higiene e Segurança no Trabalho, nas políticas florestais e ambientais, na Educação, e na qualidade de vida dos paivenses. Afirmou que os técnicos colocados são um investimento e acha que a CM deveria ter um técnico na área de

hotelaria e turismo, e outro na área de Psicologia, para Comissão a de Protecção de Crianças e Jovens, e não ter que recrutar técnicos externos nas IPSS's.

_____ O membro Antero Gaspar refutou o que disse o colega da bancada do PSD e referiu que a sua intervenção como a de Gonçalo Rocha foi o que quiseram dizer e não aquilo que o membro José António Silva queria que fosse. A sua consideração de ordenados chorudos é quando alguém ganha aquilo que não merece e no caso em apreço há uma discrepância entre aquilo que fazem na realidade e aquilo que deveria ser a correspondência das habilitações com as funções. Relativamente ao “nepotismo” concorda com o que disse Gouveia Coelho e não tem receio de dizer aos técnicos e técnicos superiores, mas que eles não têm culpa nenhuma, a culpa é de quem os admitiu, do Presidente da Câmara e da Câmara Municipal. Que nessas admissões há coincidências de técnicos serem filho do Presidente da AM, filho de Presidente de Junta Freguesia, filha de ex-Presidente de Junta, filho de membros da AM ou de Assembleia de Freguesia.

_____ O Presidente da Assembleia pediu ao Primeiro Secretário para o substituir para poder usar da palavra. Referiu que o único político profissional é o Dr. Antero Gaspar que foi Presidente de Câmara, Governador Civil, Deputado e recebe uma subvenção política, encontrando-se actualmente em pousio. Ao contrário do que ele disse é um democrata, já foram a eleições e ganhou-lhe, orgulhando-se de um mero político amador ter ganho a um político profissional. Relativamente aos ordenados chorudos dos técnicos superiores disse que quem os define é o Ministro das Finanças e não o Presidente da CM, sendo de opinião que estamos todos mal pagos, dando como exemplo o constante aumento dos combustíveis e que ainda hoje ouviu nas notícias que o pão vai ser aumentado para 20 céntimos. Que os técnicos estão presentes porque o PS os meteu nesta questão, precipitada, e que a ideia deles não era esta. Devem estar arrependidos e estão hoje a tentar “descalçar uma bota que calçaram mal”, referindo coisas surrealistas. Em relação à palavra “constrangimento” utilizada por Antero Gaspar disse que os funcionários presentes não vieram para constranger ninguém, mas sim porque se sentem ofendidos e magoados,

estando o PS a tentar passar uma ideia de indignidade absoluta e que se fosse membro daquela Bancada teria vergonha de estar presente. Contrariou o que se fala lá fora de que o Presidente da CM paga ordenados chorudos aos técnicos e que eles são a causa da ruína desta CM; assim como do exemplo comparativo, Cinfães, dado pelo PS, e citou que no Jornal onde fala na questão da demissão do Vereador Ricardo Jorge, com que tanto eles se preocupam, também traz o índice do Observatório que coloca Cinfães nos últimos lugares, precisamente em 264 no total de 276 e que felizmente Castelo de Paiva podia estar melhor, mas está classificado à sua frente, em 187, bem como de Arouca. Mencionou que no tempo em que Antero Gaspar era Presidente da CM as necessidades eram outras de pedreiros e picheleiros e que ele tem que evoluir porque hoje em dia as necessidades e responsabilidades são cada vez mais em termos sociais, em educação, em desporto, em turismo, em cultura, etc. Que em Setembro vão ser transferidos para a CM cerca de 200 funcionários, pessoal não docente, do ensino básico, e também virão, mais tarde, os professores. As autarquias locais irão cada vez mais assumir novas responsabilidades como acontece no Norte da Europa, na Dinamarca, e na Finlândia, onde a Comuna só tem licenciados e bacharéis e quando precisam de picheleiros ou pedreiros contratam empresas. Fez referência de que se deveriam preocupar com a situação de pobreza das crianças portuguesas que é mais duradoura; Isto é um “fedi divers” político, eu tenho muita pena, tenho muita pena, que isto tenha sido trazido a esta AM de uma forma altamente incorrecta, altamente incorrecta, tá a perceber? Altamente incorrecta e eu presto aqui a minha solidariedade, a minha amizade, para com todos os trabalhadores da CM quer sejam licenciados, quer sejam Pedreiros ou Picheleiros. Todos são úteis e comprehendo a vossa indignação, comprehendo a vossa indignação, e podeis querer que estou convosco. E agora digo outra coisa, então, agora pergunto-lhe outra coisa, então um filho de um autarca, um filho de um político não tem direito a trabalhar? Tem que emigrar para a Galiza, tem que ir para a Catalunha, para França, para a Alemanha? Ainda por cima de político amador como eu. O Senhor é que é profissional da política, eu sou amador, homem, eu sou um político amador, todos nós somos, excepto o senhor que é o

único profissional que aqui está. Então um filho meu, de um político amador, que está a prestar um serviço público ao estar aqui, a presidir à AM, não tem direito a trabalhar? Tem que ir para a Galiza, para a Catalunha, França, Alemanha, Grécia para a China, era o que faltava, nem a Constituição permite uma coisa dessas, vocês virem com esse argumento é anticonstitucional, era o que faltava, eu estou profundamente envergonhado, digo-lhe uma coisa, com a baixeza com que chegou a política a Castelo de Paiva, estou envergonhado, está é uma opinião, e tenho direito a ter, estou profundamente envergonhado, e tenho pena que a política em Castelo de Paiva tenha que, a andar por estes caminhos e esteja afastar os melhores. É que isto vai afastar os melhores como já estão a afastar no País, o que vai ficar na política vão ser os piores, está a perceber, está a afastar porque as pessoas já não estão para se incomodar não estão para vir para aqui ouvir coisas destas, tenho dito.

O membro Antero Gaspar: - O Presidente da AM ofereceu-me aqui uns jornais, eu agradeço já os tinha lido, mas, e ofereceu-me também uns elementos relacionados com o índice de Desenvolvimento do Concelho de Castelo de Paiva e dos outros Concelhos. Já há 20 anos, os níveis de desenvolvimento do Concelho de Castelo de Paiva, há 20 anos, 20 e tal anos, eram muito superiores em relação a qualquer dos Concelhos aqui ao lado. Todos níveis de desenvolvimento, educativos em termos de ensino, em termos de qualidade de vida, de infra estruturas, etc, etc. Por isso não vamos por ai. E se hoje o Concelho de Cinfães necessita de se desenvolver mais, como tem vindo a desenvolver-se nos últimos anos, ainda mais pessoal qualificado necessita nos Quadros para que esse desenvolvimento se potencie e vá mais longe. Mas o que eu queria chegar é o seguinte: - eu quero vos dizer e repito aquilo que disse há pouco, vocês não têm culpa nenhuma nesta, nesta situação, agora não podemos querer é branquear uma decisão errada da CM, não podemos, deixe-me terminar, deixe terminar,

Presidente da AM – Ó Dr. Antero desculpe lá só um ponto de ordem.

Antero Gaspar – Protesto, é um protesto.

Presidente da AM – Proteste.

Antero Gaspar - Não podemos branquear e há uma coisa, deixe-me terminar se não, é só para terminar. _____

Presidente da AM – Não, o Senhor está a fazer uma intervenção. _____

Antero Gaspar - Protesto que o Senhor tenha dito aqui que o seu filho ou os seus filhos, que não podem, que tem o direito de que os seus filhos possam ser funcionários públicos e ser admitidos onde, ou na CM, ou noutro sitio qualquer. Sim senhor, têm o direito. Mas os seus filhos que não têm o direito de ir trabalhar para a Galiza ou não devem ir trabalhar para a Galiza como os outros. Ora eu quero lhe dizer, Senhor Dr. Lopes, que o seu filho ou os seus filhos têm que ser também como os outros, os outros também não queriam ir trabalhar para a Galiza, mas têm que ir, porque eles não são filhos de pessoas que estão ligadas ao Grupo Político de que o Presidente da CM aqui lidera, _____

Presidente da AM – O senhor está a ser indecoroso, o senhor está a ser indecente, desculpe o que eu disse foi se os meus filhos não fossem prejudicados também obviamente não podem ser beneficiados. _____

Antero Gaspar - Não. O senhor disse: - o meu filho não tem o direito a ir trabalhar para a Galiza. _____

Presidente da AM – Não, não foi isso que eu disse, desculpe o senhor está a mentir com todos os dentes. Não foi isso que eu disse. _____

Antero Gaspar – Ouça, foi isso que eu entendi. _____

Presidente da AM – Desculpe. _____

Antero Gaspar – Foi isso que eu entendi. _____

Presidente da AM – Desculpe, não foi isso que eu disse. O senhor tem que ser correcto. _____

Antero Gaspar – Sim senhor. _____

Presidente da AM – Tem que ser correcto com as palavras que utiliza. _____

Antero Gaspar – Sim senhor. _____

Presidente da AM – Portanto, não foi isso que eu disse, o senhor tem que estar muito atento, não pode estar a utilizar expressões que eu não utilizei, o que eu disse foi o seguinte: _____

Antero Gaspar – Tomei nota. _____

Presidente da AM - O que eu disse foi o seguinte: - Não é por serem meus filhos, do Presidente da Assembleia Municipal de Castelo de Paiva. _____

Antero Gaspar – Sim. _____
Presidente da AM - Os meus filhos que não podem trabalhar, não podem concorrer e não podem trabalhar na função pública, incluído na Autarquia e, _____
Antero Gaspar – E a Galiza, fale lá Galiza, fale lá a Galiza, _____
Presidente da AM – Não, não é por serem meus filhos, _____
Dr. Antero Gaspar – Diga lá a Galiza? _____
Presidente da AM – Não. Não é por serem meus filhos que eles não podiam trabalhar, têm que imigrar, por serem filhos de um político têm que emigrar, foi isso que eu disse. _____
Antero Gaspar – Ora bem. _____
Presidente da AM – Têm que imigrar. _____
Antero Gaspar - E agora que eu quero dizer-lhe, _____
Presidente da AM – Por serem filhos do Presidente da AM? _____
Antero Gaspar – Não. _____
Presidente da AM – Por serem filhos do Presidente da AM os meus filhos têm que imigrar? _____
Antero Gaspar – Não têm que emigrar. _____
Presidente da AM – Era o que faltava. _____
Antero Gaspar – Mas ouça, _____
Presidente da AM – Era o que faltava. _____
Antero Gaspar – Se não estivessem a trabalhar eventualmente. _____
Presidente da AM – Não, não foi isso que eu disse. _____
Antero Gaspar – Eu acho que poderiam ter que ir. _____
Presidente da AM – O senhor está a mentir com todos os dentes. _____
Antero Gaspar – Mas foi esse o entendimento. _____
Presidente da AM - O senhor é um mentiroso chapado, é um mentiroso. _____
Antero Gaspar – Ouça, _____
Presidente da AM – Estou a dizer o que disse. _____
Antero Gaspar – Eu posso-lhe devolver a palavra. _____
Presidente da AM – Devolva, mas é um mentiroso. _____
Antero Gaspar – Devolvo-lhe a palavra. _____
Presidente da AM – Mas é um mentiroso, o que eu disse foi, _____
Antero Gaspar – Ouça, _____
Presidente da AM – Já repeti. Desculpe eu tenho que lhe dizer que o

senhor está a mentir com todos os dentes. _____

Antero Gaspar – Ouça. _____

Presidente da AM – Porque insiste na questão? _____

Antero Gaspar – A gravação existe. _____

Presidente da AM – Existe, está lá. _____

Antero Gaspar - Senhor Presidente da AM sabe muito bem que eu não gosto de entrar em polémicas dessas. _____

Presidente da AM – Mas está a colocá-la. _____

Antero Gaspar – Se não foi esse o sentido das suas palavras. _____

Presidente da AM – Não gosta mas provoca. _____

Antero Gaspar – Se não foi esse o sentido das suas palavras foi esse o entendimento que eu tive. _____

Presidente da AM – Não foi nada você entendeu o que quis porque eu disse outra coisa, pronto. _____

Antero Gaspar – Quero manifestar e para concluir este Protesto, quero manifestar-lhes o seguinte: é gravíssimo quer discutir aquilo que não é o assunto que estamos aqui a discutir, é gravíssimo quando as pessoas assim o querem, e querer passar para o outro lado e dizer, eu é que estou aqui para resolver o problema das pessoas e estou solidário etc, etc. _____

Presidente da AM – Desculpe lá, vou-lhe retirar a palavra porque o senhor já está a comentar aquilo que eu disse, o senhor disse que ia dizer outra coisa. _____

Antero Gaspar – Não, não. É o protesto em relação a isso. _____

Presidente da AM – Isso não é nenhum protesto. _____

Antero Gaspar – É um protesto. _____

Presidente da AM - Que protesto é esse, protesto por isto, isso é que é um protesto. _____

Antero Gaspar – Mas vou-lhe dizer, e termino. _____

Presidente da AM – Esteve na Assembleia da República e não sabe o que é um protesto? _____

Antero Gaspar – termino, termino, duas palavras, quero dizer o seguinte: _____

Presidente da AM – Essa é boa. _____

Antero Gaspar – Quero dizer o seguinte: - tudo tem solução nesta vida,

naturalmente, e eu disse isso no início e repito-o no final, há uma solução, errada, foi errada, estrategicamente. Mas há soluções para tudo, sem vocês serem prejudicados naturalmente, pelo contrario, pelo contrário, serem colocados nos lugares a que têm direito dadas as tarefas para que foram recrutados, e não exercer funções que não têm, que não têm efectivamente que exercer, são funções menores, é nessa perspectiva que eu quero manifestar uma grande solidariedade a todos os funcionários.

Presidente da AM – Muito obrigado.

O membro Gouveia Coelho pede desculpa pelo episódio que se passou. Protestou e pediu que ficasse registado em acta a observação à Mesa que no Regimento está exarado que se devem distribuir as intervenções pelas bancadas e não percebe como esgotaram as intervenções de uma bancada e depois foram as da outra, prejudicando o diálogo. Demarca-se de que não tem vergonha de integrar a bancada do PS e ainda conserva alguma dignidade por ser membro da A.M. Lamenta, com o devido respeito, partes da intervenção do Presidente da Assembleia e lastima que não tenham discutido o assunto. Mantém tudo o que disse e tem a certeza que os trabalhadores não estão zangados consigo.

O Presidente da AM mencionou que não teve intenção de ofender ninguém e não pode vir para a Assembleia acorrentado.

O Presidente da Câmara Municipal referiu que depois deste ponto ia ausentar-se porque chegaram uns investidores estrangeiros que vêm apresentar uma proposta concreta de investimento no Concelho e que era mais importante do que estar a perder tempo com pessoas que não merecem respeito, conforme vai justificar. Mencionou que este assunto é um ajuste de contas dentro do PS, e que em ajuste de contas dentro dos partidos não entra, e caso duvidem é só verificarem o que disse o Vereador Lino Pereira na reunião da C.M. onde se debateu este assunto. Disse que recebeu um aditamento à convocatória, para esta sessão, com três novos pontos na Ordem de Trabalhos, a pedido de Antero Gaspar de Paiva Vieira, sendo um deles “a polémica dos salários chorudos e a eventual prática de nepotismo PSD na contratação de pessoal para a CM desde 98”, que também está na Internet num blogue de um membro

da AM, do Partido Socialista, onde este acusa de nepotismo o Presidente da Câmara e que também foi dito nesta sessão, por membros do PS, que é responsabilidade do Presidente da CM, depois foi dos Vereadores e depois da própria CM. Refutou todas as acusações e citou que Antero Gaspar deveria ser coerente com as suas palavras expressas hoje, e em relação a ontem deveria ter feito o mesmo na entrevista dada à Rádio e não mencionar “nepotismo” que é abuso de poder. Aclarou o significado de “nepotismo” referindo que é uma prática no Brasil, com alguns deputados do Parlamento Europeu e nas grandes empresas que contratam parentes, não sendo o seu caso, porque família directa em Castelo de Paiva tem um parente em 2.º grau, pela parte de seu Pai, e família por afinidade pela parte da sua mulher, e não tem nenhum familiar a trabalhar no Município. Disse que contrariamente a ele Antero Gaspar contratou parentes para a Câmara Municipal enquanto Presidente e que se alguém tiver dúvidas, hoje, a partir das 15 horas, está disponível para ir à Secção de Pessoal o demonstrar. Que actualmente a Câmara tem técnicos superiores, que foram membros da Assembleia de Freguesia pelo P.S., e quando estavam a ser contratados não veio ninguém do PSD dizer que era contra. Referente aos “ordenados chorudos” disse que os vencimentos dos funcionários municipais são aprovados pelo Governo e publicado no Diário da Republica, e que ainda hoje foi publicado um Decreto-Lei que estabelece os regimes de vínculos, carreiras e remunerações dos trabalhadores que exerçam funções públicas. Sobre a intervenção de Antero Gaspar e algumas das suas afirmações disse que a referência que a CM é o maior empregador do Concelho é um erro e que o era, se calhar, há 20 anos. A menção a quintuplicou o número de técnicos superiores não está correcta porque actualmente são 25, desses abriu concurso para 15 e 10 entraram quando Antero Gaspar era Presidente e os Presidentes do Júri dos concursos foram Eng. Rui Paiva, Prof. Quintas e o Sr. Ferreira da Silva. No seu tempo era o Vereador Lino Pereira e que este teve o cuidado de dizer em reunião de Câmara que todas as pessoas foram bem seleccionadas, admitidas e são precisas, sendo a maioria dessas admissões, de licenciados, por imposição do Estado, exemplificando com a admissão de um técnico superior, em

2001, para a criação da Rede Social que tem feito um bom trabalho, acrescentado que Cinfães só criou a Rede o ano passado. Elucidou que a actividade autárquica e as novas competências obrigam a ter técnicos superiores em áreas como Florestal, que Cinfães não tem Gabinete, Higiene e Segurança do Trabalho, Educação, Turismo, Biblioteca onde foram obrigados, por imposição do então Ministro da Cultura Dr. Manuel Carrilho, a pagar uma avença com uma bibliotecária só para dar o nome. Na relação constam contratos de avença com professores de natação que são para satisfação das necessidades das IPSS's, dos idosos, dos deficientes e dos cidadãos que frequentam a Piscina Municipal. Citou como referência da necessidade de técnicos superiores o caso da Junta de Freguesia de Pedorido que tem uma Arquitecta a estagiar, tem feito um trabalho muito válido e espera que os projectos prontos para candidaturas ao QREN sejam aprovados. Referiu que não pode pôr um funcionário administrativo a fazer o projecto da Capela Mortuária de Sardoura, ou projectos para as instituições desportivas, culturais ou sociais do Concelho. Opinou que alguém deveria sair em defesa da honra, nomeadamente Lino Pereira, porque foi posto aqui em causa pelo Dr. Antero Gaspar que disse: - quem comete estes erros, contratando trabalhadores desta forma, delapida o Património, que deveria ser responsabilizado e se fosse uma entidade privada, já o disse o Vereador Gonçalo Rocha na Rádio, seria responsabilizado e despedido. Lembrou que Lino Pereira é Presidente de uma das maiores instituições de solidariedade social do Concelho, já foi a maior empregadora do Couto Mineiro e que muitas vezes sacrificou a sua vida pessoal, teve que pedir empréstimos para pagar os salários e que por isso não foi despedido. Proferiu que têm as suas assinaturas nisto e que respondem perante o Tribunal de Contas, a Inspecção Geral de Finanças e perante o Tribunal e que ainda anteontem chegou uma sentença de um acto mal praticado, pelo Dr. Antero, que lhe vai dar cópia, e que demorou 10 anos a ser julgado. Que o parente de Antero Gaspar, contratado, como escrivário, pela Câmara enquanto Presidente, é o funcionário Victor Pinto, membro do Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara. Alertou que na sessão da AM, em Dezembro, o PS tivesse a mesma atitude para os 143 funcionários que o Governo da Nação quer

transferir para a C.M. a partir de Setembro.

____ O Vice-presidente da C.M. Rui César disse que ficou espantado e acha que é de muito mau tom alguém que assina um documento para inclusão de um ponto na Ordem de Trabalhos, chegar cá, com a maior desfaçatez, dizer que o assunto dos salários chorudos dos funcionários da CM está mal colocado. Solicitou ao membro Antero Gaspar que assuma o que assinou “a questão dos salários chorudos” e que não tentem “descalçar a bota” daquilo que queriam dizer objectivamente contribuindo para uma má imagem de gente trabalhadora da Câmara, devendo assumir esse ónus. Lembrou que no tempo em que o PS era Governo fez nomeações políticas para altos cargos em Aveiro e não ouviram uma palavra do PSD sobre essas nomeações. Referiu que estão a criar uma nebulosa confusão sobre o “nepotismo” dizendo para perguntarem ao Júri dos Concursos se entrou algum familiar, amigo, amiga dos membros do Júri do Concurso. Esclareceu que tudo já foi dito na reunião de CM, pelo Vereador Lino Pereira, e que podiam ter esta discussão dentro do PS e escusavam de estar aqui a perder tempo. Se querem queimar Lino Pereira para ele não ser candidato do PS às próximas eleições deveriam fazê-lo internamente e comprehende esse ataque opinando que não é lícito usar trabalhadores que auferem os tais salários chorudos, fixados pelo Ministro das Finanças, de 1.300 euros e em muitos dos casos financiado pelo Estado. Referindo-se a Antero Gaspar disse que a gestão autárquica não é como no tempo dele, há 20 anos atrás, tendo hoje em dia outras as necessidades a todos os níveis. Lançou o repto a Antero Gaspar para formalizar já a sua candidatura à Câmara Municipal.

____ O membro Antero Gaspar respondendo ao desafio lançado pelo Vice-presidente disse que foi eleito para quatro mandatos consecutivos, tendo contribuído muito para o desenvolvimento de Castelo de Paiva. Que não tem a ambição de ser Presidente da Câmara e embora não veja necessidade tudo dependerá das motivações que lhe forem feitas. Chamou a atenção que na Ordem de Trabalhos a polémica dos “ordenados chorudos” está entre aspas e que é essa polémica que se fala nos Cafés, no encontro de amigos e nas famílias. Comentou que estão a falar sempre no seu tempo de Presidente da CM, esclarecendo que nessa

altura só tinham quatro técnicos superiores e que não vale a pena fugirem à questão essencial que é terem recrutado pessoas que não são necessárias para determinados trabalhos que são desmotivadores. Concorda com a referência de Gouveia Coelho quando se referiu ao licenciado a exercer funções de porteiro devendo a sua remuneração ser de acordo com a função e que erraram durante anos na admissão de pessoal que não havia necessidade, havendo sempre soluções para essas situações.

O membro Gouveia Coelho referiu que não gostou da manifestação dos trabalhadores porque tinha-lhes pedido para tratar todos de modo igual. Assume a sua posição na bancada onde está integrado e ninguém quer que trabalhadores vão embora. A sua preocupação é sincera com uma boa gestão do Município a favor de todos e essencial na salvaguarda dos postos de trabalho. Acentuou que não quer que aconteça cá o que está a acontecer em Lisboa em que centenas de trabalhadores tiveram de ir embora por má gestão. Subscreve inteiramente a agenda de trabalhos e não retira nem uma vírgula, nem as aspas; a polémica está bem agendada, e que na questão de “nepotismo” não é necessariamente parente pode ser da família política.

O Vereador Lino Pereira disse que está habituado que ao longo destes 10 anos digam que das coisas boas que se fizeram neste Concelho nunca participou, só participou nas coisas más, polémicas e que para contrariar essas afirmações estão pessoas, Presidentes de Juntas, nesta sala, que trabalharam com ele durante anos de noite e de dia. Prestou a sua solidariedade com os funcionários presentes, alguns fora do Concelho e outros que não conhecia e que concorreram a concursos públicos nos quais, na sua grande maioria, era Presidente do Júri. Esses concursos foram abertos pelo Presidente da C.M. e houve dois em que a sua filha, licenciada em Recursos Humanos, queria concorrer e impediu-a, por isso não recebe lições de moral de ninguém e que ainda na última campanha eleitoral disseram coisas e loisas a seu respeito e da sua família e ele não disse nada de ninguém. Que quando chegou à C.M. a sua primeira iniciativa foi manter viva a UNIVA, que o anterior executivo tinha posto em execução, que estava na iminência

de cessar em Castelo de Paiva e vangloriou-se também por ter sido o responsável pela criação da Rede Social, orgulhando-se por ter escolhido a Técnica que está à frente da Rede que tem feito um trabalho exemplar. Assume conjuntamente os actos que praticou enquanto esteve no Executivo, que a questão, que o PS tem defendido e equacionado, é política e que se fosse Presidente da CM não permitia a presença dos trabalhadores, porque concorreram a um concurso e ganharam-no meritariamente, desafiando quem quiser provar o contrário.

O Presidente da Assembleia teceu comentários à intervenção de Lino Pereira e referiu que ele não fez só coisas más mas também fez coisas boas.

O membro Antero Gaspar protestou dizendo que o Presidente da AM não tem que fazer comentários das intervenções e caso queira intervir deverá abandonar o lugar.

O Presidente da Assembleia disse que Antero Gaspar a protestar tem que ser directo e objectivo e não fazer uma intervenção política de 10 minutos.

O Vice-presidente da Câmara refutou o que disse o Vereador Lino Pereira e que sobre a referência às “coisas boas e más” resolia isso numa assembleia da sessão do PS, e que no tempo em que fazia parte do Executivo dizia que as coisas boas eram feitas por si e quando não se fazia nada era culpa do Presidente da Câmara. Que Lino Pereira não esclareceu se considera uma coisa boa ou má, a abertura dos concursos, ou se foram bem ou mal abertos. Que essa é que é a questão política e a isso não respondeu porque é o seu socialismo com vontade de ser candidato à CM a impedir de responder. Acrescentou que o trabalho que os funcionários estão a fazer é um trabalho válido para o Concelho e que não fazem a mínima ideia do que é gerir uma Autarquia. Sobre a escolha da Técnica para a Rede Social disse que ela foi escolhida por um Júri do Concurso composto por três pessoas.

6. A SENTENÇA DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO SOBRE AS FALTAS INJUSTIFICADAS (CONCERTADAS) DE TODOS OS ELEITOS PELO PSD NA AM E AS DECLARAÇÕES LEVIANAS, ANTIDEMOCRÁTICAS E INSULTUOSAS DO PRESIDENTE DA MESA DA AM;

_____ O membro Gouveia Coelho solicitou ao Presidente da A.M. que na sequência da sentença proferida pelo Tribunal Administrativo de Penafiel e das suas declarações públicas como Presidente deste órgão, esclarecesse exactamente a que pessoas se referia com as expressões que diagnosticou de mentes distorcidas, mentecaptos, parvos e parvoíces.

_____ O Presidente da A.M. disse que as expressões proferidas foram, no contexto puramente político, dirigidas a quem apresentou a queixa e que teve o cuidado de ver no dicionário o seu significado que é falta de siso, entendimento e de juízo.

_____ O membro José António Rocha estranhou os festejos que foram feitos a propósito da sentença, que apenas se trata de uma decisão provisória e já efectuou o referido recurso.

_____ O Presidente da Assembleia referiu que não festejou nem viu ninguém do PSD a festejar mas, obviamente, ficou satisfeito com a decisão.

_____ O membro Gouveia Coelho referiu que estão no sítio certo, órgão político municipal, para debater questões políticas. Que foi proferida uma sentença, foram depois feitas declarações públicas pelo Presidente da AM e pelo PSD e nessas declarações disse que as questões políticas debatem-se politicamente, as quais o PS quer debater só que não tem adversário porque fugiu ao debate. Anunciou algumas questões como o caso do terreno da Feira e que a intervenção do Presidente da AM relativa à sentença e ao tratamento de um membro da Assembleia de mentecapto, mentes distorcidas e parvoíces é também uma questão política. Referiu que a Assembleia não tem Mesa que se comporte como tal e que existe a confusão entre as funções de Presidente da Mesa e de Chefe partidário da Bancada, o que está a minar todas as questões. Comentou que a Mesa, quer goste, quer não goste, tem que exercer as suas funções e não fazer comentários de cada intervenção e as declarações violaram o dever de isenção, de distanciamento e de equidistância a todos os membros da AM incluindo José António Rocha. Que nessas palavras entende-se que o âmbito é maior e não apenas o membro referido, acabando todos por estar embrulhados e na mira daqueles disparos. Opinou que estas questões políticas só se

resolverão com novas eleições e que ainda teve esperanças com a aprovação do novo Regimento mas que efectivamente tem sido uma desilusão para si. Referindo-se à acção apresentada pelo membro José António disse que foi feita por um ilustre e prestigiado advogado e que os termos e fundamentos do ponto de vista técnico não podem ser qualificados de mentecapto e parvoíces, porque está a ofender pessoas e funções. Que não querem discutir a sentença do Tribunal, mas sim as questões políticas, porque a sentença dá tudo como provado ou quase tudo, e o que não dá imputa à Mesa. A sentença refere três ou quatro problemas, a não convocação de Assembleias Municipais legalmente requeridas e a violação da Lei, o abandono das Assembleias de 27/11/06 e 11/04/07, as faltas reiteradas a oito reuniões seguidas. A sentença é clara em que houve violação da Lei, ao contrário de todas as questões levantadas pelos réus, toda a Bancada PSD, foram julgadas sem fundamento e não provadas e todos os factos com excepção de 2, ou 3 alegados pelo José António que não foram provados é uma questão para o Tribunal Superior decidir. Insistiu que todas as questões políticas fossem decididas neste órgão e depois dado conhecimento aos eleitores. Questionou porque é que este órgão ainda não aprovou a respectiva acta.

O membro Antero Gaspar, em representação do Grupo Municipal do PS, apresentou a seguinte Proposta: - “*Tendo em conta: 1. por um lado, os eleitos pelo PS consideram haver ilicitude e ilegalidades – a) na recusa sucessiva de convocação de sessões extraordinárias da AM legalmente requeridas por parte do Presidente da Mesa; b) no abandono injustificado do PSD das AM de 27-11-06 e de 14-04-07, com o único fim de impedir a discussão dos assuntos agendados; c) nas faltas reiteradas a oito reuniões seguidas por parte de todos os membros do PSD, incluindo a Mesa da AM; d) na justificação em massa das referidas faltas, com base em motivos falsos por inidóneos para o efeito; e) na justificação pela Mesa das suas próprias faltas e na dos membros do PSD com que estava conluiada; f) na discussão e votação dos membros do PSD nos recursos interpostos para o plenário dessas justificações fraudulentas, intervindo em assunto claramente do seu próprio interesse; 2. por outro lado, que os eleitos pelo PSD*

consideram não haver ilicitude e ilegalidades em tais comportamentos; 3. por fim, que decorre uma Inspecção Ordinária ao Município o que lhe compete averiguar da conformidade ou não com as normas e princípios legais de tais comportamentos e tirar daí as ilações que se justificarem, a bem da democracia e do normal funcionamento da AM no interesse de todos os Municípios, a AM delibera que a Mesa remeta aos responsáveis pela referida inspecção em curso; a) todos os requerimentos de sessões extraordinárias que não convocou; b) todas as actas das sessões convocadas por Antero Gaspar; c) as convocatórias das sessões de 27-11-06 e de 14-04-07, que abandonaram; d) a acta da sessão em que foram agendados os recursos das decisões da Mesa de justificar as faltas”.

Posta à votação a proposta acima transcrita a Assembleia Municipal deliberou rejeitá-la, por maioria, com dezasseis votos contra do Grupo Municipal do PSD e do candidato independente António Rodrigues e doze votos a favor do Grupo Municipal do PS.

7. PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Não houve intervenções.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, pelas 14.10 horas, dela se lavrando a presente acta, que foi aprovada em minuta, por unanimidade, nos termos do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, para efeitos imediatos.

E eu Assistente Administrativo
da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, a redigi e subscrevi.